

Contributos da Sociologia para a compreensão dos processos de profissionalização

ANTÓNIO JOSÉ ALMEIDA

ajalmeida@esce.ips.pt

Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal

Resumo

A Sociologia das Profissões tem vindo a merecer uma atenção cada vez maior dado o seu contributo para a compreensão das formas de estruturação social ao questionar os processos através dos quais diferentes grupos profissionais procuram conquistar ou manter um determinado estatuto social.

Com este artigo procuramos dar conta daqueles que são os principais contributos teórico-metodológicos que nos podem auxiliar no estudo das profissões a partir de uma perspectiva capaz de dar conta das dinâmicas associadas aos processos sociais de construção dos grupos profissionais.

Palavras-chave:

Sociologia, profissão, grupo profissional, *status* profissional

Abstract

The Sociology of Professions has an important contribution to understand the processes of social structuration in what concerns the ways the different professional groups try to conquer or maintain their social and professional status.

In this paper we try to discuss the theoretical and methodological contributions that can help us to study the professions based on a perspective of the dynamics associated with the social processes of the professional construction.

Key concepts:

Sociology, profession, professional group, professional status

Introdução

Analisar o contributo da Sociologia para a compreensão dos processos de profissionalização significa, desde logo, dar conta de um intenso debate que tem atravessado a produção científica e que, por razões heurísticas, situamos no campo da Sociologia das Profissões. Marcada por contributos teóricos diversos e por tradições nacionais bem vincadas, a Sociologia das Profissões tem-se vindo a afirmar como uma disciplina específica no campo da Sociologia que elege como objecto de estudo os processos sociais através dos quais emergem e se afirmam os diferentes grupos profissionais.

A afirmação da disciplina tem, no entanto, sido marcada por uma “debilidade genética” (Dubar, 1994) decorrente da pluralidade lexical para designar o seu objecto de estudo e da ausência de uma definição clara e consensual entre a comunidade científica desse mesmo objecto. Esta debilidade resulta, igualmente, do facto de estarmos perante uma realidade difusa dado que “o fenómeno profissional não tem fronteiras claras” (Larson, 1979: xi) já que nele se cruza a terminologia da Sociologia enquanto ciência com as categorias da vida quotidiana (Nóvoa, 1987). No que respeita à pluralidade lexical esta tem-se traduzido no recurso a expressões como “profession” ou

“occupation” na tradição anglo-saxónica; “profession”, “métier” ou “groupe professionnel” na tradição francófona; “profissão”, “ofício” ou “ocupação” na tradição portuguesa. Também a definição conceptual do objecto tem sido atravessada por diferentes concepções que vão desde as correntes estruturo-funcionalistas, ao interaccionismo simbólico, passando ainda pelas diferentes abordagens críticas que têm contribuído para a pluralidade e o dinamismo do campo disciplinar ao recusar a existência de um único modelo possível de profissionalização a favor de uma concepção aberta e plural capaz de contribuir para a compreensão dos processos de profissionalização “não como uma sequência universal de etapas, como faz a perspectiva taxinómica, mas sim dando ênfase, no quadro de uma visão histórica, às estratégias dos grupos para obterem uma posição monopolista ao nível da divisão do trabalho” (Gonçalves, 1998: 31).

É neste contexto que, a partir da análise dos autores de referência, procuramos dar conta das principais correntes teórico-metodológicas que estruturam este campo do saber organizando-as em três enfoques epistemologicamente distintos: as correntes funcionalistas, as correntes interaccionistas e as correntes neo-weberianas.

1. As correntes funcionalistas

Da análise das principais correntes teóricas que marcaram a evolução histórica da Sociologia das Profissões, é possível retirar um conjunto de referências que estrutura o campo disciplinar, constatando-se, desde logo, que a problemática das profissões já estava presente nos grandes autores clássicos da Sociologia, como é o caso de Durkheim que via no grupo profissional “um poder moral capaz de conter os egoísmos individuais (...), de impedir que a lei do mais forte se aplique tão brutalmente às relações industriais e comerciais” (Durkheim, 1984: 17), realçando, deste modo, a importância de uma moral comunitária baseada na filiação ocupacional (Evetts, 2003).

Durkheim fazia dos grupos profissionais “um dos pivots da sua construção teórica ligando uma análise das evoluções da divisão do trabalho e das estruturas educativas a uma interpretação geral da religião para atingir uma teoria geral da organização social e moral das sociedades modernas” (Dubar e Tripier, 2003: 69). Esta concepção está bem expressa na importância que o autor atribui aos grupos profissionais na superação do estado de anomia que, na sua concepção, a sociedade tinha atingido (Durkheim, 1984: 12): “para que a anomia cesse, é preciso assim que exista, ou se forme, um grupo

onde se possa constituir o sistema de normas que actualmente falta”. Apesar dos contributos de Durkheim para a emergência de uma Sociologia das Profissões, os quais estão sistematizados no prefácio à segunda edição da Divisão do Trabalho Social, intitulado “Algumas notas sobre os agrupamentos profissionais”, em que o autor se propõe discutir o “papel que os agrupamentos profissionais estão destinados a desempenhar na organização social dos povos contemporâneos” (Durkheim, 1984: 7), é o trabalho de Carr-Saunders e Wilson, publicado em Inglaterra em 1933, que assume o carácter fundacional da disciplina (Abbott, 1992; Rodrigues, 1997; MacDonald 1999).

Filiando-se numa abordagem funcionalista das profissões, os autores, à semelhança do que havia proposto Durkheim, vêem no profissionalismo “uma força promotora da estabilidade e da liberdade contra a ameaça da invasão industrial e das burocracias governamentais” (Evetts, 2003: 7).

A principal preocupação da obra de Carr-Saunders e Wilson centrava-se, contudo, na discussão em torno dos “atributos que permitiam distinguir as profissões, tomadas como factos naturais, do conjunto das ocupações” sendo que, na sua óptica, “uma profissão emerge

quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica fundada sobre uma formação especializada, dando resposta a necessidades sociais” (Rodrigues, 1997: 7-8).

Partindo de uma análise histórica dos diferentes grupos que em Inglaterra podiam ser considerados uma profissão, os autores elaboram uma tipologia dos requisitos necessários para a existência de uma verdadeira profissão (Rodrigues, 1997: 8):

- i. Uma especialização de serviços, permitindo a crescente satisfação de uma clientela;
- ii. A criação de associações profissionais obtendo para os seus membros protecção exclusiva;
- iii. O estabelecimento de uma formação específica fundada sobre um corpo sistemático de teorias, permitindo a aquisição de uma cultura profissional.

Se esta primeira abordagem parte de estudos sociográficos, não tendo por isso a ambição de construir uma teoria geral sobre as profissões, o contributo de Parsons já se assume “com a intenção explícita de identificar os princípios de coerência do conjunto das características das profissões e de construir uma teoria do seu funcionamento e da sua génese” (Rodrigues, 1997: 9).

Para o autor, o papel do profissional é estabelecido a partir da articulação de três dimensões específicas:

- i. Existência de uma dupla competência, pela articulação do saber prático fundado na experiência ou na ciência aplicada com o saber teórico adquirido durante uma formação longa e sancionada;
- ii. Existência de uma competência especializada, fundada numa especialização técnica que limita a competência do profissional a um domínio legítimo da sua actividade;
- iii. Existência de um desinteresse ou desprendimento, pela articulação da norma da neutralidade afectiva com o valor da orientação para os outros.

Indo além da concepção puramente naturalista de Carr-Saunders e Wilson, Parsons parte do pressuposto de que o essencial na compreensão e explicação da génese e funcionamento das profissões são os mecanismos através dos quais se afirma a sua legitimidade social, atribuindo às universidades “um papel importante neste processo de legitimação e institucionalização da relação entre o conhecimento e a sociedade” (Rodrigues, 1997: 10).

É justamente na sequência dos contributos teóricos de Parsons que,

sobretudo a partir da década de 50, se multiplicam os trabalhos em torno da Sociologia das Profissões e se conceptualiza o objecto da disciplina. Neste contexto teórico, a proposta de Goode para a definição das profissões é, porventura, uma das primeiras a procurar uma sistematização coerente do estado da arte no campo disciplinar. Assim, para Goode, “as profissões constituem comunidades cujos membros partilham uma mesma identidade, valores, linguagem e um estatuto adquirido para toda a vida; têm poder de controlo sobre si e os seus membros, sobre a selecção e admissão de novos membros, bem como sobre a formação requerida” (Rodrigues, 1997: 10).

Os diferentes contributos que atravessam a concepção funcionalista de profissão resultam fundamentalmente do facto de terem procurado definir o conceito a partir de um modelo de profissão liberal estabelecido num contexto histórico e cultural muito particular: os médicos e advogados americanos. Esta base genética induziu a que esse modelo se assumisse como o padrão¹ a partir do qual se identificam as *verdadeiras profissões*.

¹ Note-se que tal padrão, para os funcionalistas, nunca funcionou como ideal-tipo de um modelo particular de profissão mas como a profissão em si.

2. As correntes interaccionistas

Embora a perspectiva funcionalista tenha dominado o campo disciplinar até meados da década de 60, foi ainda nos anos 50 que surgiram as primeiras abordagens teóricas alternativas, construídas a partir dos contributos da Escola de Chicago que, baseando-se numa concepção teórico-metodológica inovadora, procuraram colocar a investigação sobre as profissões no campo da análise sociológica da divisão do trabalho. Neste contexto, a obra de Hughes² representa uma ruptura fundamental na medida em que não só parte do princípio do igualitarismo cognitivo e ético segundo o qual “todas as actividades de trabalho têm igual dignidade e igual interesse sociológico” (Dubar e Tripier, 2003: 95) como também considera que mais importante do que definir o que é uma profissão é “identificar as circunstâncias segundo as quais as ocupações se transformam em profissões” (Rodrigues, 1997: 16).

Assim, partindo de múltiplas observações de terreno levadas a cabo pelos seus alunos, Hughes constata que é a partir das noções de licença e de mandato que se “constituem as bases da divisão moral

² Os seus principais textos, que ultrapassam a meia centena e abordam as mais diferentes áreas da análise sociológica, encontram-se compilados em “The sociological eye” (Hughes, 1993).

do trabalho, isto é, o processo pelo qual funções diferentemente valorizadas por uma colectividade são distribuídas por entre os membros de grupos” (Rodrigues, 1997: 15), sendo que a licença se define como a autorização legal de exercício de certas actividades interditas a outros e o mandato como a obrigação de assegurar uma função específica.

Daqui resulta que a abordagem proposta pelo interaccionismo simbólico, em que Hughes se inscreve, não incide sobre “a análise dos privilégios profissionais, nem sobre as condições estruturais da sua existência”, perspectiva de que partiam as correntes funcionalistas, mas antes sobre as interacções e os conflitos “bem como nos meios e recursos mobilizados nesse processo, chamando assim à atenção para o papel jogado pelas reivindicações e os discursos sobre o saber, na transformação de uma ocupação em profissão” (Rodrigues, 1997: 17-18).

Com esta nova abordagem, Hughes questiona a existência de critérios universais e racionais de delimitação entre ocupação e profissão procurando, em contrapartida, “clarificar os processos comuns a todas as actividades de trabalho e as estratégias diferenciadas dos grupos profissionais em função do contexto em que eles evoluem e

da tradição jurídica de que emergem” (Dubar e Tripier, 2003: 96) ou, nas palavras de Nóvoa (1987: 31), compreender o “percurso socio-historicamente diferenciado dos grupos profissionais sem a referência a um arquétipo nem a pretensão de generalizar ao conjunto das profissões os resultados das pesquisas empíricas sobre um dado grupo”.

Podemos pois afirmar que a perspectiva interaccionista de análise das profissões assenta em quatro princípios básicos (Dubar e Tripier, 2003: 96):

- i. Que os grupos profissionais são processos de interacção que conduzem os membros de uma mesma actividade de trabalho a auto-organizarem-se, a defender a sua autonomia e o seu território e a defenderem-se da concorrência;
- ii. Que a vida profissional é um processo biográfico de construção de identidades ao longo do ciclo de vida;
- iii. Que os processos biográficos e os mecanismos de interacção têm uma relação de interdependência;
- iv. Que os grupos profissionais procuram o reconhecimento pelos seus parceiros desenvolvendo retóricas profissionais e procurando protecções legais.

Nesta abordagem dos grupos profissionais, cujo ponto de partida são os processos de divisão do trabalho, a construção de identidades profissionais, quer estas assumam um carácter biográfico (Dubar, 1997) ou sejam o resultado da experiência relacional e social do poder no interior das organizações (Sainsaulieu, 1996), implica a participação num jogo de actores marcado pela identificação de uma carreira, implicação numa actividade, experiência da estratificação social e das discriminações étnicas e sexuais, dificuldades de acesso aos empregos entre outros aspectos que atravessam o mundo do trabalho.

3. As correntes neo-weberianas

Identificados os dois pilares básicos sobre os quais se estruturou o campo disciplinar da Sociologia das Profissões até à década de 70, o funcionalismo e o interaccionismo simbólico, importa agora dar conta dos desenvolvimentos que marcaram a disciplina, em particular nas décadas de 70 e 80, os quais passaram por um conjunto de obras de referência que têm em comum a importância que atribuem à dimensão económica das profissões e, conseqüentemente, ao poder que lhe está associado.

Os novos contributos teóricos são marcados pela concepção weberiana segundo a qual a acção humana é orientada por uma racionalidade económica, entendida como “um sentimento subjectivo duma penúria de meios” (Weber, 1995: 51), e que a orientação da acção se faz em função dessa racionalidade, o que conduz à criação de grupos de competidores que procuram maximizar as suas posições sociais através da formação de monopólios cujo objectivo é “fechar mais ou menos completamente (a outros grupos) o acesso às oportunidades, sociais ou económicas, que existam num dado domínio” (Weber, 1995: 56).

Vários são os autores que, partindo dos pressupostos teóricos enunciados, têm vindo a engrossar aquilo que Dubar e Tripier (2003) designam de “novas teorias das profissões” e que MacDonald (1999) designa de teorias “neo-weberianas”, apesar de considerarem que as suas propostas não constituem um corpo teórico homogéneo.

É a reflexão crítica sobre os contributos da teoria funcionalista, até então dominante, associada ao contexto social e ideológico da época que, ao questionar as virtudes do modelo profissional em uso, lançam as bases para uma reinvenção do debate em torno do profissionalismo agora centrado na importância atribuída aos mecanismos

económicos de controlo dos mercados (Rodrigues, 1997: 35): “a afirmação das abordagens económicas do fenómeno das profissões, salientando sobretudo os efeitos económicos das práticas monopolistas das associações profissionais, lançaram as primeiras dúvidas acerca da bondade do modelo profissional e dos benefícios do profissionalismo”.

Questionando irremediavelmente as justificações morais do modelo profissional, que não serviriam para mais do que legitimar situações de privilégio de alguns grupos profissionais, esta nova perspectiva tende a considerar as profissões como “grupos específicos de trabalhadores, pertencentes às classes médias, que partilham, em graus diferenciados, crenças comuns e que se envolvem, de diversas formas, em acções colectivas visando estabelecer um monopólio sobre o mercado para assim melhorar o seu estatuto social” (Dubar e Tripier, 2003:113).

Assim, se a perspectiva funcionalista tinha feito assentar a sua análise no princípio da legitimidade social das profissões e a perspectiva interaccionista colocava a ênfase nos processos de negociação e conflito, com as novas abordagens a análise das profissões alarga-se a uma nova dimensão que é a do poder (Rodrigues, 1997: 47): o poder

profissional, económico, social e político dos diferentes grupos profissionais. Várias foram, no entanto, as perspectivas a partir das quais a análise desse poder foi levada a cabo, havendo algum consenso dentro do campo disciplinar da Sociologia das Profissões sobre o papel estruturante do contributo de três autores de referência: Freidson com a análise das fontes do poder profissional, Larson com a análise dos projectos profissionais tendo em vista o fechamento social e Abbott com a análise da concorrência pelo monopólio jurisdicional de uma dada competência.

Conjugando contributos do interaccionismo simbólico com a perspectiva weberiana, Freidson (1994: 36) parte do princípio segundo o qual o poder é o principal recurso que caracteriza as profissões sendo entendido como “... a capacidade para realizar determinados tipos de trabalho”. Para o autor, as profissões distinguem-se umas das outras “pelas tarefas particulares de que se reclamem e pelo carácter especial do conhecimento e das competências requeridas para as executarem”, sendo que a questão central do poder profissional está ligada à capacidade dos próprios profissionais em controlar o trabalho em detrimento do controlo pelos consumidores, pela administração das empresas ou pelo Estado.

Partindo da centralidade do poder para a análise das profissões, Freidson (1994: 154) identificou três grandes fontes do poder profissional: a ‘expertise’, a autonomia e o credencialismo. A ‘expertise’ corresponde ao domínio de um campo específico do conhecimento e das técnicas da sua aplicação a qual tende a ser reconhecida através da existência de um monopólio. A autonomia remete para a capacidade em determinar o conteúdo do trabalho. O credencialismo, por sua vez, corresponde ao controlo institucionalizado do acesso ao domínio dos meios científicos e técnicos próprios da profissão.

Com base nos diversos trabalhos produzidos por Freidson, Rodrigues (1997: 50-51) defende que para o autor a profissionalização é “um processo pelo qual uma ocupação – organizada formalmente ou não, através da reivindicação ou afirmação das suas competências específicas e esotéricas, da particular qualidade do seu trabalho e dos benefícios que com isso proporciona à sociedade – obtém o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, o controlo sobre a formação e o acesso, bem como o direito de determinar e avaliar a forma como o trabalho é realizado”.

O contributo de Larson decorre, por sua vez, da importância que atribui ao conceito de projecto profissional que, enquanto projecto

colectivo, se caracteriza por “ganhar status através do trabalho” (Larson, 1979: 67). Tal projecto traduz-se, segundo Dubar e Tripier (2003: 130), num “processo histórico através do qual certos grupos profissionais procuram objectivamente estabelecer um monopólio sobre um segmento específico do mercado de trabalho, fazendo reconhecer a sua ‘expertise’ pelo público com a ajuda do Estado”.

Para a autora, a estrutura das profissões resulta de dois processos analíticos distintos (Larson, 1979: 66): organização de um mercado de serviços e desenvolvimento de um projecto de mobilidade colectiva o qual, baseando-se numa sólida posição na divisão social do trabalho, está dependente da existência de um mercado estável.

A profissionalização surgiria, por isso, como um “processo de fechamento social pelo qual os grupos procuram maximizar os seus resultados e os seus recursos, limitando o acesso a um círculo restrito de candidatos” (Rodrigues, 1997: 55). Este fechamento social surgiria como o resultado da conjugação entre o fechamento económico de um dado segmento do mercado de trabalho e o fechamento cultural de uma comunidade profissional através da apropriação de um saber legítimo.

Ao articular os mecanismos de reprodução económica com os meca-

nismos de reprodução social, Larsons estabelece um novo quadro de análise ao associar as profissões a grupos de interesses associados ao sistema de classes da sociedade capitalista para os quais a profissionalização surge como um projecto de mobilidade colectiva com vista a atingir, ou preservar, quer novas posições económicas quer novas posições ao nível do estatuto e do prestígio social.

Partindo da constatação histórica de que não existe qualquer estabilidade na definição das fronteiras entre as diversas áreas profissionais e, concomitantemente, do monopólio para as exercer, Abbott (1992) centra a sua reflexão em torno da análise dos mecanismos de concorrência pelo monopólio jurisdicional de uma dada competência. Para o autor, a ausência de um consenso entre os sociólogos na definição de profissão não é mais do que um indício do carácter contingencial dessas competências já que estão permanentemente a ser objecto de concorrência entre grupos profissionais.

Para compreender as razões pelas quais um dado grupo consegue triunfar entre os seus adversários na competição interprofissional pelo reconhecimento jurisdicional no uso de uma dada competência, Abbott propõe-nos uma visão sistémica assente na análise de três dimensões básicas (Rodrigues, 1997): a natureza do trabalho, as fon-

tes de mudança no interior do grupo profissional e as fontes de mudança no exterior do grupo profissional.

A importância da análise da natureza do trabalho decorre do facto de não existir uma relação simples entre as profissões e as actividades que lhe estão associadas, bem pelo contrário, esta relação está em constante mudança. As actividades associadas a uma dada profissão podem variar quer em função das sociedades ou dos momentos históricos quer em função das propriedades associadas aos problemas que podem ser objectivos, “resultantes de imperativos naturais ou tecnológicos”, ou subjectivos, “impostos pelo presente ou passado de uma cultura” (Abbott, 1992: 36).

A análise das fontes de mudança no interior do grupo profissional remete para um pressuposto básico segundo o qual as profissões são constituídas por grupos organizados de indivíduos que desempenham actividades diferentes em diferentes situações de trabalho e para diferentes clientes. Isto significa que tais grupos são atravessados por diferenciações e estratificações internas de natureza diversa “que tanto podem gerar como absorver alterações sistémicas” (Abbott, 1992: 117).

Da mesma forma, as fontes de mudança no exterior do grupo profes-

sional assumem um papel fundamental embora os seus impactos não sejam uniformes já que são condicionados por *acidentes históricos* que fazem com que certas profissões sejam dominantes, que outras percam influencia e que outras ainda desapareçam. De entre as diferentes fontes externas de mudança, Abbott destaca a evolução tecnológica, o crescimento da burocracia, o novo papel dos *mass media* e, em particular, as mudanças na estrutura do conhecimento profissional, nomeadamente o produzido no meio académico na medida em que é ele que “legitima o exercício profissional clarificando os seus fundamentos e orientando-o para valores culturais mais elevados” (Abbott, 1992: 54).

Às três dimensões de análise enunciadas o autor acrescenta os mecanismos de reivindicação de jurisdição através dos quais “uma profissão pede à sociedade que reconheça a sua estrutura cognitiva através do direito de exclusividade” (Abbott, 1992: 59). Essa reivindicação pode fazer-se em diferentes arenas: o sistema legal que pode conferir o controlo formal sobre o trabalho, a opinião pública através da qual as profissões procuram pressionar o poder político ou o local de trabalho que, apesar de menos estudado, pode contribuir para a erosão das normas legais e das representações junto da opinião pública. Este

processo de reivindicação de jurisdição implica a mobilização de um conjunto de recursos políticos que remetem directamente para a importância do poder na afirmação dos diferentes grupos profissionais.

Reflexões finais

Contemporânea da sociedade capitalista, na medida em que o capitalismo pressupõe uma crescente divisão do trabalho que se traduz na progressiva consolidação do profissionalismo, a Sociologia das Profissões tem vindo a merecer uma atenção cada vez maior dado o seu contributo para a compreensão das formas de estruturação social ao questionar os processos através dos quais diferentes grupos profissionais procuram conquistar ou manter um determinado território e estatuto social.

O modo como esse questionamento se tem vindo a fazer tem-se baseado em pressupostos teóricos e metodológicos diversos fazendo com que sejam múltiplas as opções passíveis de ser adoptadas no estudo dos fenómenos da construção dos grupos profissionais.

Partindo de abordagens funcionalistas, interaccionistas, weberianas

ou marxistas, vários são os autores que, em virtude de contributos específicos, nos podem auxiliar na estruturação de um quadro teórico-metodológico, coerente mas pluralista, capaz de dar conta das dinâmicas associadas aos processos sociais de construção dos grupos profissionais bem como do modo como os actores se envolvem em tais processos e atribuem sentidos às suas estratégias e vivências profissionais.

A análise dos principais contributos teóricos no âmbito da Sociologia das Profissões permite-nos sustentar o pressuposto de inegáveis potencialidades heurísticas segundo o qual uma profissão não é uma realidade natural mas antes o resultado de uma construção social pelo que, mais do que discutir modelos ideais de profissão, importa compreender o modo como os grupos profissionais se estruturam e procuram mobilizar recursos materiais e simbólicos capazes de contribuir para a sua afirmação colectiva enquanto grupos de status que se diferenciam de outros grupos profissionais.

Referências Bibliográficas

Abbott, Andrew (1992), *The System of Professions: an essay on the division of expert labor*, Chicago, The University of Chicago Press.

Dubar, Claude (1994), « *De la sociologie des « professions » a la sociolo-*

gie des groupes professionnelles et des formes identitaires », in Lucas, Yvette e Dubar Claude (eds), *Genèse et dynamique des groupes professionnels*, Lille, Presses Universitaires de Lille.

Dubar, Claude e Pierre Tripier (2003) *Sociologie des Professions*, Paris, Armand Colin.

Durkheim, Émile (1984), *A divisão do trabalho social, vol. 1*, Lisboa, Editorial Presença.

Evetts, Julia (2003), “*The construction of professionalism in new and existing occupational contexts*”, *The International Journal of Sociology and Social Policy*, 23, 4/5, pp. 22-35.

Freidson, Eliot (1994), *Professionalism reborn: theory, prophecy and policy*, Chicago, The University of Chicago Press/Polity Press.

Gonçalves, Carlos (1998), *Emergência e consolidação dos Economistas em Portugal*, Porto, UP, Dissertação de Doutoramento.

Hughes, Everett C. (1993) *The sociological eye, 2nd printing*, New Brunswick, Transaction Publishers.

Macdonald, Keith M. (1999), *The Sociology of the Professions*, London, Sage Publications.

Nóvoa, António (1987), *Le temps des Professeurs, vol I*, Lisboa, INIC.

Larson, Magali Sarfatti (1979), *The rise of professionalism: a sociological analysis*, Berkley, University of California Press.

Rodrigues, Maria de Lurdes (1997), *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Celta Editora.

Sainsaulieu, Renaud (1996), *L'identité au travail, 3e édition*, Paris, Presses de Sciences PO.

Weber, Max (1995), *Économie et Société/2: l'organisation et les puissances de la société dans leur rapport avec l'économie*, Paris, Librairie Plon.

Nota Biográfica

Sociólogo
Docente do ensino superior